

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL: EIS O DESAFIO!

Nilson Pimentel (\*)

Publicado no JCAM em 11/jan/2019

Tempos de mudanças e frustrações, novamente a sociedade passa por mais um período que são renovadas as esperanças que as coisas mudem, que a vida melhore, que os políticos ajam de forma ética e, assim a confiança da sociedade ganha mais uma vez um reforço.

Nesse momento se dá início a uma realidade de enfrentamento dos desafios que se colocam nos caminhos da nova gestão pública no Amazonas.

Os desafios a serem enfrentados são imensos, notadamente no que tange a reforma na arquitetura organizacional da administração pública estadual, pois como está não haverá eficiência na gestão pública, haja vista o legado herdado pelo novo governante.

Essas reformas profundas serão capazes de resgatar o equilíbrio dos serviços públicos, os remendos foram feitos e não surtiram resultados positivos.

Não adianta choramingar sobre o que nunca se fez, pois todos sabem o que se precisa fazer e realizar, o governo estadual deve elaborar projetos que objetivem o desenvolvimento econômico regional, no aproveitamento das potencialidades regionais já conhecidas, de flora e fauna, estabelecer estudos sobre cadeias produtivas, exploração dos minerais e aproveitamento do gás natural de Urucum, tratar com vontade política de realizar as questões do sistema de logística que tanto afeta as questões econômicas do Amazonas, pois um dos aspectos relevantes é o viés do desenvolvimento regional endógeno.

Após 52 anos de dependência econômica do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) e seu Polo Industrial de Manaus (PIM) ainda não se conseguiu encontrar um caminho próprio de desenvolvimento regional utilizando os próprios potenciais econômicos do estado do Amazonas. Essa matriz econômica regional endógena, como acreditam os economistas pesquisadores do Clube de Economia da Amazonia (CEA) será a rendição econômica do Amazonas, mas o governante precisa começar uma vez que outros nada fizeram e nem saíram de suas zonas de conforto, pela benesses provocadas pelos resultados positivos do PIM, em renda e empregos!

Os desafios são imensos e ainda não se sabe se esse governante possui os conhecimentos necessários sobre a realidade da economia regional e nem se terá quadros técnicos que o auxiliem na consecução desses desafios.

O que se precisa aqui no Amazonas é sair do discurso vazio para a prática efetiva de ações por parte do governante. Para os economistas do CEA as formas de estratégias do desenvolvimento endógeno podem ser compreendidas em um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado por comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população, pois se trata de um processo no qual o social se integra ao econômico, pois se sabe que a geração de renda, riqueza e criação de emprego dentro desses processos não ocorrem paralelamente, que na realidade, só adquirem uma dinâmica comum pelo fato de os atores públicos e privados tomarem decisões de investimento que visam elevar a produtividade e a competitividade dos investimentos produtivos locais, solucionar os problemas regionais e aumentar o bem-estar da sociedade envolvida.

Nesse atual estágio no qual se encontram as economias municipais no Amazonas, no olhar dos pesquisadores do CEA, formalizar perfis econômicos municipais seria um bom recorte analítico, incorporando os tradicionais fatores de produção locais e incorporando outras variáveis, como o capital intelectual, os conhecimentos tradicionais e as pesquisas sobre os potenciais regionais locais municipais levaria a endogeneização que poderiam chegar aos novos caminhos para a promoção do desenvolvimento econômico endógeno.

Por outro lado, o novo governante não poderá deixar de adotar decisões sobre a implementação de atração de investimentos diretos produtivos, internos e externos, naquela Secretaria de Estado que tenha as atribuições e competências para o Desenvolvimento Econômico.

Como recomendam os desenvolvimentistas do CEA, promover a indução do desenvolvimento econômico endógeno, se permite referir-se à capacidade de identificar e promover fatores de desenvolvimento a partir das próprias potencialidades locais municipais, introduzindo iniciativas protagonizadas por organizações sociais regionais locais com ênfase na mobilização de recursos latentes na região, privilegiando o esforço de dentro para fora, no sentido de promover o desenvolvimento auto-sustentado, economicamente.

Visto assim, esse tipo de promoção lastreada em ações locais municipais, na participação e aliança entre os vários segmentos da sociedade, público e privado, fundamenta-se em quatro premissas principais:

- a) melhoria na formação e qualificação dos recursos humanos do território;
- b) organização social na base econômica, que trata da geração de capital social, do fortalecimento da sociedade e da criação de espaços institucionais com organizações capazes e motivadas para discutir seus projetos de forma efetiva;
- c) gestão social representa a sociedade gerindo seus próprios recursos de forma participativa, desconcentrada e descentralizada, com responsabilidade compartilhada na formulação, implantação e gerenciamento de projetos construídos coletivamente;
- d) empreender representa a criatividade, a competência coletiva e individual e a capacidade de agir, em função da vocação local municipal em atividades que agreguem valor às atividades econômicas, a partir de tecnologias adequadas à realidade, à preservação do meio ambiente e à valorização da cultura regional.

E aí, Governador? Vamos arregaçar as mangas, e ao trabalho!!!

*(\*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.*